

Órgão Nacional dos comitês de luta - edição nº 11 - primeira quinzena de setembro - 10 mil exemplares - distribuição gratuita

# NÃO AO ARROCHO! POR UM SALÁRIO MÍNIMO VITAL DE R\$7.500

O novo salário mínimo estabelecido pela Medida Provisória 1172/23 (assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 1º de maio e enviada ao Congresso no dia 2) foi aprovado na Câmara dos Deputados no último dia 23, mantendo-se o valor vigente desde o Dia Internacional dos Trabalhadores, 1º de Maio, de R\$1.320, tendo 439 votos a favor e apenas 1 contra. Os oito reais a mais em relação ao piso de 2022, no entanto, estão longe de serem um reajuste efetivo.

Baseando-se em cálculos feitos a partir do valor da cesta básica, o Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) estabeleceu que em julho, para atender as necessidades de uma família operária média

(dois adultos e dois filhos), o salário mínimo deveria ser de R\$ 6.528,93, dos quais apenas a alimentação consumiria R\$2.331,48, referentes ao preço médio da cesta básica mais cara observada (em Porto Alegre, de R\$777,16) multiplicado por três (uma cesta básica para cada adulto e meia para cada criança).

A Corrente Sindical Nacional Causa Operária (coletivo sindical do Partido da Causa Operária), entendendo o erro metodológico do Dieese que termina jogando o valor do salário mínimo para baixo, estabelece o valor de R\$7.500 como o mínimo vital para a sobrevivência da classe trabalhadora, sendo este o valor pelo qual os comitês de jovens e trabalhadores devem lutar.



## CUT-SP aprova luta pela exploração de 100% do petróleo

Realizou-se no último fim de semana, em Praia Grande, o 16º Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores de São Paulo (CECUT-SP), com quase 700 delegados inscritos, representando os mais de 300 sindicatos filiados.

No encontro, como vem acontecendo em todos os Estados, foi celebrado os 40 anos da fundação da CUT, criada em 28

de agosto de 1983, no congresso da Classe Trabalhadora, em São Bernardo do Campo-SP.

Foi aprovada uma emenda a ser apresentada no CONCURT na defesa da exploração do petróleo brasileiro, se opondo à política do imperialismo e dos setores reacionários de fora e de dentro do governo (como a ministra Marina Silva) que apresentam pretextos ambien-

tais para se opor à medida. A proposta teve como coautora a companheira Professora Bebel, dirigente da APEOESP e deputada estadual do PT, e foi assinada por mais de 200 delegados presentes no encontro de todas as categorias, sendo aprovada por unanimidade.

• **“Não ao neocolonialismo verde”**

• **Explorar 100% do nosso petróleo e garantir os recursos para toda a Educação, Saúde, moradia, etc.**

• **A CUT se pronuncia contra a sabotagem dos que se opõem à política do governo Lula de explorar o petróleo na Margem Equatorial.**

• **Defendemos a reestati-**

**zação da Petrobrás (100% estatal) e a nacionalização do petróleo e de todas as riquezas minerais do Brasil.**

• **Vamos realizar uma ampla campanha de mobilização por esta política.**

• **Fora os sabotadores e defensores do “neocolonialismo” no governo Lula.”**



## Brasil teve 558 greves na primeira metade do ano

Segundo relatório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), no primeiro semestre deste ano, trabalhadores realizaram 558 greves, totalizando 20 mil horas de paralisação. A organização menciona que 108 das 166 mobilizações (65,1%) que acompanhou até o desfecho resultaram em uma vitória para os trabalhadores.

Em 78 greves (47%), os empregadores atenderam parcialmente as reivindicações feitas,

e em 30 delas (18,1), o retorno foi integral. Ao mesmo tempo, 27 greves (16,3%) chegaram ao fim com os patrões rejeitando as propostas apresentadas. Ademais, houve 51 casos (30,7%) em que os acordos continuaram em mesa de negociação.

Ao todo, contabilizaram-se 276 greves de advertência (49,5%), chamadas de paralisações, e 273 (48,9%) por tempo indeterminado. Não há detalhes sobre nove greves, em relação a esse critério de classificação.

## Proposta de imposto sindical fortalece organização dos trabalhadores

O governo Lula, por meio do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, anunciou estudos e discussões junto aos sindicatos e ao Congresso Nacional visando estabelecer uma nova forma de contribuição para os sindicatos que, desde a famigerada reforma trabalhista do governo golpista de Michel Temer (2017), ficaram sem a sua maior fonte de receita: o “imposto” sindical, que equivalia a uma contribuição do valor de um dia do salário por ano do trabalhador, cerca de 3%, em geral, no mês de março de cada ano.

A contribuição sindical existia desde 1940 e o valor arrecadado era dividido da seguinte forma: 60% para os sindicatos, 15%

para as federações, 5% para as confederações, e 20% para a Conta Especial Emprego e Salário (CEES) administrada pelo Ministério do Trabalho (MT). No último ano em que estava vigente, foram arrecadados cerca de R\$3,6 bilhões, e o seu fim levou à falência milhares de sindicatos e ao enfraquecimento geral da maioria das organizações sindicais, que chegaram a perder mais de 90% de sua arrecadação, em muitos casos.

O objetivo evidente desta medida, aprovada logo após o golpe de Estado, em 2016, era enfraquecer as organizações dos trabalhadores para permitir que se impusesse os maiores retro-

cessos nas condições de vida da classe trabalhadora. Os salários caíram como nunca; a maior parte dos trabalhadores não tem mais carteira assinada e os direitos trabalhistas foram largamente eliminados ou reduzidos.

De acordo com a proposta do Ministério do Trabalho, a taxa da nova contribuição seria vinculada aos acordos de reajuste salarial firmados entre os sindicatos dos patrões e os dos empregados. Segundo se divulgou, ela prevê um teto de 1% de contribuição sobre o rendimento anual do trabalhador. E o texto discutido com dirigentes sindicais e setores do Congresso Nacional seria levado ao presidente Lula até o

fim do mês para ser aprovado e encaminhado ao Congresso.

Em um País onde os trabalhadores pagam quase 40% de tudo o que ganham em impostos e que quase 50% desse montante é transferido diariamente para os bancos – os bancos, verdadeiros vampiros que não prestam nenhum serviço real para a população, ficam com pelo menos 20% daquilo que é recebido pelos trabalhadores) -, uma contribuição 20 vezes menor para os sindicatos, que existem para defender os trabalhadores, não teria motivos para ser contestada.

Como porta-voz da burguesia golpista, os monopólios da imprensa capitalistas atacam a

proposta para defender a continuidade do enfraquecimento dos sindicatos e a manutenção das medidas reacionárias adotadas nos últimos anos.

Para defender os interesses dos trabalhadores e de suas organizações, é preciso fazer uma ampla campanha pública, desmascarando os reais interesses dos que defendem a falência dos sindicatos e não querem que os trabalhadores contribuam com suas entidades.

Será preciso colocar os trabalhadores nas ruas. É preciso vincular a defesa dos sindicatos, das suas receitas, com a defesa dos interesses, das reivindicações dos trabalhadores diante da crise.

## Vai pra Cuba 2

### Contribua para a luta e concorra a uma viagem

Os Comitês de Luta estão promovendo com entusiasmo mais uma edição da bem-sucedida ação entre amigos “Vai Pra Cuba! 2”. Esta iniciativa oferece aos participantes uma oportunidade única de concorrer a uma viagem para a ilha caribenha, desfrutando de uma semana completa com todas as despesas pagas, além de ter a companhia de dois acompanhantes. Adquirir um número para o sorteio custa apenas R\$60 e pode ser feito de maneira prática e acessível através do site [rifei.co/vai-pra-cuba](http://rifei.co/vai-pra-cuba) ou diretamente com

os militantes dos comitês em todo o território nacional.

A ação entre amigos também desempenha um papel crucial na produção de materiais informativos, como no caso desse jornal.

Mais do que uma oportunidade de concorrer a uma viagem incrível, a ação entre amigos “Vai Pra Cuba!” é um ato de solidariedade e engajamento político, contribuindo para a realização de eventos e atividades cruciais para a mobilização popular e a preservação dos avanços conquistados pela classe operária.